
Confiar e Ser Confiável: A Importância do Sentimento de Confiança no Despertar do Senso Moral na Criança e na Construção Posterior da Personalidade Ética

Vanessa Alves SOARES¹
Maurício BRONZATTO²

Resumo

Tendo em vista o atual contexto social, sob influência de uma “cultura da vaidade”, que favorece mais o individualismo, o egoísmo, a competição, a falta de solidariedade do que, propriamente, ações justas, generosas e honestas, este artigo procurou evidenciar a urgência de ações educacionais efetivas no sentido de despertar as novas gerações para a moralidade. Estudamos especificamente o sentimento de confiança, considerando sua importância sob dois aspectos: 1) na gênese da moralidade infantil, fase em que a criança, ao se cercar de “boas pessoas” que correspondam à confiança nelas depositada, começa a atribuir valor a esse sentimento; e 2) no desenvolvimento posterior, quando a criança poderá querer também ser pessoa merecedora de confiança. Porém, que pessoas merecerão a confiança dos pequenos indivíduos, se grande parte delas está mais preocupada em dar um espetáculo de si, em se destacar, cultivar a superficialidade e viver uma vida imaginária no pensamento alheio, privilegiando o “parecer” e não o “ser”? E o que fazer se as novas gerações passam a negar valor ao “ser pessoa merecedora de confiança”? Essa problematização nos levou a considerar o papel da educação escolarizada e a importância do ambiente cooperativo na revitalização dos valores morais. Concluímos que é papel da escola mostrar às crianças uma perspectiva completamente diferente da que se vê e vivencia na chamada “cultura da vaidade” e proporcionar representações entre as quais esteja em destaque o “ser pessoa merecedora de confiança”. É responsabilidade dos formadores morais serem, de fato, pessoas merecedoras de confiança, sem o que não inspirarão as novas gerações nem atrairão sua atenção para valores morais.

Palavras Chave: Sentimento de confiança, Ser confiável, Desenvolvimento moral, Cultura da vaidade.

¹ Pedagoga, professora de Educação Infantil da rede municipal de ensino do município de São Roque SP. E-mail: vanessa-alves-10@hotmail.com.

² Graduado em Letras e Pedagogia, doutor em Educação Escolar pela Unesp Araraquara, professor dos cursos de Pedagogia, Administração e Ciências Contábeis da FAC São Roque. E-mail: maub1970@ig.com.br.

To Trust and to Be Reliable: The Importance of the Feeling of Confidence in the Awakening of the Moral Sense in the Child and the Subsequent Construction of Ethics' Personality

Abstract

In view of the current social context, under the influence of a "culture of vanity", which favors more individualism, selfishness, competition, lack of solidarity than, actually, righteous actions, generous and honest, this article sought to highlight the urgency of effective educational actions to awaken new generations to morality. We specifically studied the feeling of confidence, considering its importance in two respects: 1) in the genesis of child morality, the stage at which the child, when surrounded himself with "good people" that correspond to the confidence placed in them, begins to assign value to that feeling; 2) at a later stage of development, when the child may also want to be deserving person of confidence. But what kind of people will deserve the confidence of children, if most of them are more concerned with to make a spectacle of themselves, to stand out, to cultivate the superficiality and live an imaginary life in other people's thoughts, favoring the appearance, not the being? And if the new generations begin to deny value to "the being a person worthy of confidence"? This questioning led us to consider the role of school education and the importance of the cooperative environment in the revitalization of moral values. We conclude that the school has a duty to show the children a completely different perspective of what is seen and experienced in so-called "culture of vanity" and provide representations among which are highlighted the "being a person worthy of confidence." Moral educators have the responsibility to be, in fact, persons worthy of confidence. Otherwise, this they will not inspire the new generations and they will not attract theirs attention to moral values.

Key-words: Feeling of confidence, To be reliable, Moral development, Culture of vanity.

Introdução

O tema aqui abordado é tributário dos estudos clássicos de Jean Piaget (1932/1994), reunidos na obra “O juízo moral na criança”, cujos fundamentos permitiram a autores contemporâneos, entre eles La Taille (2006, 2009), estudar a relação entre moral e identidade, assim como a motivação para o agir moral, que torna possível o “saber fazer” se alinhar a um “querer fazer”, aproximando definitivamente raciocínio e ação.

Tendo em vista o atual contexto social que favorece mais o individualismo, o egoísmo, a competição, a falta de solidariedade do que, propriamente, ações justas, generosas, honestas etc., chamou-nos a atenção um sentimento importante presente na gênese da moralidade infantil, que, juntamente com outros, contribui para fortalecer o senso do dever moral: o sentimento de confiança (LA TAILLE, 2006). Para este autor, um dos grandes alvos da vida moral, senão o maior, é alguém se tornar pessoa merecedora de confiança, capaz de experimentar o sentimento da própria honra interior. Mas essa construção percorre um caminho que, entre outros aspectos, inclui a experiência com a idoneidade moral dos adultos significativamente afetivos para a criança na fase em que esta adentra o mundo moral. Ou seja, ela precisa de “boas pessoas” a seu redor, a fim de que a confiança nelas depositada não fique abalada, e tampouco sua autoridade. É assim que a criança começa a atribuir valor a esse sentimento e, quando for maior, poderá passar a querer também ser pessoa merecedora de confiança.

Mas se a sociedade atual está sob um “crepúsculo do dever” (LIPOVETSKY, 1994) e experimenta expectativas típicas de uma “cultura da vaidade” (LA TAILLE, 2009), onde estarão as pessoas que precisarão se tornar referências morais aos olhos infantis? Que pessoas merecerão a confiança dos pequenos indivíduos, se grande parte delas está mais preocupada em dar um espetáculo de si, em se destacar, cultivar a superficialidade e viver uma vida imaginária no pensamento alheio, privilegiando o “parecer” e não o “ser”?

Conduzidos por essa problematização, nossa proposta foi a de abordar o desenvolvimento moral infantil, com destaque para a dimensão afetiva desse desenvolvimento. Preocupamo-nos em evidenciar a tese de La Taille (2006) de que “somente

sente-se obrigado a seguir determinados deveres quem os concebe como expressão de valor do próprio eu". Assim, respeita a moral quem respeita si mesmo. Para entender a formação da personalidade ética, recuamos à fase do despertar do senso moral na criança. Dedicamos nossa atenção ao sentimento de confiança, presente nesta fase e essencial para o desenvolvimento moral.

Procuramos também compreender o contexto social contemporâneo e suas implicações para a formação moral dos indivíduos. Nesse ponto, detivemo-nos a estudar o enfraquecimento do sentimento de confiança, produto de uma cultura devotada à vaidade, em que se assiste a um "crepúsculo do dever". Essa compreensão levou-nos a alguns questionamentos e a novas problematizações sobre o papel da educação escolarizada na reversão do diagnóstico encontrado. Em termos simples, como a escola de hoje pode enfrentar a "cultura da vaidade" e o "crepúsculo do dever"? Como educar as novas gerações a fim de que o outro saia da invisibilidade e ganhe valor aos olhos de seus semelhantes? Se o sentimento de confiança, presente nos primórdios da vida moral infantil e elemento importante para a construção posterior da personalidade ética, vive hoje uma fase de acentuado desprestígio, o que os educadores podem fazer para revitalizá-lo? Como tal sentimento pode voltar a ser valor aos olhos infantis?

Nosso passo final foi abordar a importância do ambiente cooperativo, na escola, para o fortalecimento do sentimento de confiança. Buscamos, ainda, compreender a importância de os formadores morais serem, de fato, pessoas merecedoras de confiança, sem o que não inspirarão as novas gerações nem atrairão sua atenção para valores morais.

Perspectiva contemporânea dos estudos sobre a moralidade

Para os objetivos de nosso texto, gostaríamos de começar apresentando as distinções conceituais que, por convenção, La Taille (2006) adota para *moral* e *ética*. "À indagação moral corresponde a pergunta: 'como devo agir?'. E à reflexão ética cabe responder à outra: 'que vida quero viver?'" (LA TAILLE, 2006, p. 29). Essa segunda pergunta, que diz respeito ao tema da "vida boa", demonstra o interesse atual pelo ressurgimento de uma ética das virtudes, o que nos remete a Aristóteles (2007), que ainda no século IV a.C. propunha a questão do *Bem* como objetivo final de todas as

ações humanas, um conceito que ficou conhecido por *eudemonia*, traduzido por felicidade. A preocupação com o viver bem, portanto, não começou na contemporaneidade. La Taille (2002) assegura, no entanto, que, embora velho em filosofia, o conceito de “eudemonismo”, que resgata a questão da “vida boa” ou da “boa pessoa”, é praticamente inédito em psicologia moral. Referindo-se ao mesmo assunto, Savater (1996) fala sobre adquirir um certo saber-viver.

Segundo La Taille (2006), falar em moral é falar em deveres a serem seguidos, e falar em ética é falar em busca de uma “vida boa”, ou de uma vida que “vale a pena ser vivida”. Baseados neste autor, abordaremos a seguir, separadamente, os planos moral e ético, procurando distinguir forma de conteúdo.

O plano moral

O leque de conteúdos associados à moral é muito grande. Há uma pluralidade de sistemas morais, que variam de acordo com as épocas e as culturas (o que é dever aqui não o é ali e vice-versa). Mas quando se fala em “forma”, é possível apontar algo que seja comum a todas as expressões da moralidade, o “sentimento de obrigatoriedade”, já que não há agrupamento humano que não seja regido pela imposição de alguns deveres.

Do ponto de vista psicológico, é preciso verificar se existe nos homens um “plano moral” que os faz agir “por dever”, fruto de uma autoimposição da consciência. Negando, porém, a existência desse “sentimento de obrigatoriedade”, ficamos com a hipótese de que o indivíduo age sempre “conforme o dever”, isto é, em razão de um cálculo de interesses ou por medo de punição. Neste segundo caso, a moral não teria realidade psicológica.

Para La Taille (2006), é difícil afirmar que as ações realizadas por dever moral não existem. Há, segundo ele, atitudes dificilmente explicáveis somente por algum tipo de interesse ou medo de punição. É o caso de homens como Gandhi e Martin Luther King, que dedicaram suas vidas a resolver ou pelo menos tentar mudar a injustiça de algumas realidades de seu tempo, ficando como exemplos de coragem e abnegação pessoal em nome da defesa de princípios morais. Outro exemplo vemos no trabalho de

médicos que largam o conforto de suas casas, e até mesmo de suas vidas, para se dedicarem a cuidar de pessoas cuja necessidade é tão grande. Esses profissionais são submetidos a viver em locais sem nenhum tipo de conforto e por várias vezes cercados de perigos. O que explicaria tal comportamento senão um sentimento do dever? Tentando responder a essa pergunta, La Taille (2006, p. 31) diz: “Penso, aliás, que se a moral fosse apenas discurso vazio, há tempos que a humanidade não falaria mais nela. Ou não haveria limites para ilusão?” Muitos estudiosos, na psicologia, entre eles Piaget, Kohlberg e Freud, dedicaram-se a provar a existência inegável do sentimento do dever.

Em resumo, podemos afirmar a existência de um plano moral: do ponto de vista sociológico, pelo fato de não se conhecer cultura sem sistema moral, e do ponto de vista psicológico, pelo fato de os seres humanos serem passíveis de experimentar o sentimento de obrigatoriedade, o sentimento de dever moral. (LA TAILLE, 2006, p.32).

Um aspecto de suma importância sobre o sentimento de obrigatoriedade é a frequência com que as pessoas o experimentam. Seria tal sentimento joia rara ou traço psíquico comum à maioria das pessoas? La Taille (2006) acredita que os “eclipses” morais, infelizmente habituais, não apontam para uma falta total de senso moral na maioria das pessoas. Para ele, a questão é outra: o sentimento de obrigatoriedade é às vezes mais fraco do que outros sentimentos. Trata-se não da frequência do referido sentimento, mas da frequência com que as pessoas o experimentam de forma o bastante forte para serem inspiradas por ele.

Ora, penso que seria exagerado jogar para o campo da imoralidade, para o campo do “mal”, todos os indivíduos que, um dia, agiram contra a moral. Somente sobriariam heróis e santos no campo do “bem”, o que certamente não representaria muita gente. [...] O problema maior não está em detectar a presença ou a ausência do sentimento de obrigatoriedade, mas sim a sua *força*. (LA TAILLE, 2006, p.35).

Falar em “força” nos faz admitir uma teoria da afetividade em cujos domínios encontramos a energética das ações humanas. Para isso, é preciso que consideremos o plano ético.

O plano ético

Como foi visto, o conceito de ética aqui assumido tem a ver com a pergunta “que vida eu quero viver?”. As respostas a ela formam um amplo leque de conteúdos.

Existiria, no entanto, um elemento comum a todas as opções éticas? Em outras palavras, assim como no plano moral identificamos o *sentimento de obrigatoriedade* como o elemento comum a todas as morais, que elemento psicológico estaria necessariamente contemplado para que se possa de fato viver uma “vida boa”?

Para se chegar a esse invariante do plano ético, é preciso dar alguns passos. Em primeiro lugar, é importante que se observe que a “vida boa” é da alçada da subjetividade, do sentir. La Taille (2006) cita Canto-Sperber, para quem não é possível ser feliz sem que de fato a pessoa se sinta feliz. Não que a felicidade seja um puro estado subjetivo, afinal as condições concretas de vida são necessárias a esse desfrute. Mas parece apropriado dizer que a felicidade depende em boa medida da subjetividade. “Logo, o plano ético é ocupado por *avaliações pessoais* a respeito de se estar vivendo, ou não, uma ‘vida boa’” (LA TAILLE, 2006, p.37).

Em segundo lugar, o sentir-se feliz tem uma relação estreita com a passagem do tempo. Não se resume a uma somatória de momentos agradáveis, mas ultrapassa o aqui e agora. Vai além de uma experiência particular; é conquista garantida pela consciência da direção que damos às nossas vidas.

Em terceiro lugar, é preciso considerar, ao definirmos o plano ético, qual é a busca existencial de todo indivíduo. Para La Taille (2006, p.43), trata-se do *sentido para a vida*: “Talvez não haja maneira de escolher ‘como viver’ sem ter alguma resposta subjetivamente convincente para o ‘para que viver’”. Logo, viver uma vida que faça sentido é condição necessária para a “vida boa”. Mas esta pergunta sobre o sentido da vida relaciona-se a uma outra: “quem ser?”; ou seja, ela coloca em pauta o tema da identidade pessoal, que é uma construção realizada a partir dos atos concretos da vida, a partir do “como viver”.

Se há indissociabilidade entre identidade e as características da “vida vivida”, a fortiori, as respostas dadas à pergunta “como quero viver?” são inseparáveis das respostas dadas à pergunta “quem eu quero ser?”. [...] Mesmo raciocínio vale para o sentido da vida: reconhecer tal ou tal razão para se viver implica conceber a si próprio de tal ou tal forma. [...] Escolher um sentido para a vida e formas de viver é escolher a si próprio, é definir-se como ser. (LA TAILLE, 2006, p.45-46).

Resta saber se o “ser”, à procura de um sentido para viver, está virtualmente aberto a toda e qualquer resposta existencial, ou será que ele exige que ela contemple uma motivação básica a fim de que a vida tenha sentido. La Taille, baseado em Alfred Adler (1935), psicanalista que popularizou conceitos como complexo de inferioridade e superioridade, apresenta a ideia de que tal motivação existe e responde pelo nome de “expansão de si próprio”.

Adler (1935) propôs que a superação é a lei fundamental da vida; superar os próprios limites, fonte motivacional essencial. “Expansão” remete claramente à busca de novos horizontes de ação, à busca de superação de si, à necessidade de enxergar a si próprio como uma pessoa de valor. Para Adler, o sucesso nessa busca de expansão de si próprio, cujo objetivo é passar de uma posição inferior para outra superior, é condição necessária à felicidade, ao bem-estar subjetivo. Reciprocamente, o fracasso nessa busca é fonte de infelicidade. Se Adler tiver razão, conclui La Taille (2006), qualquer conteúdo que venha a ocupar o plano ético, portanto qualquer opção pelo que seja uma vida feliz, dará ao sujeito a possibilidade da expansão do seu eu: “uma condição necessária ao gozo da felicidade, da ‘vida boa’ é ver a si próprio como pessoa de valor e de enxergar perspectivas de alcançar um grau satisfatório da tendência de elevar-se, de se desenvolver” (p.47-48)³.

Relações entre os planos moral e ético

Tendo identificado o “sentimento de obrigatoriedade” e a “expansão de si próprio” como os invariantes psicológicos da moral e da ética, La Taille (2006) passa a apresentar uma tese que os articule e que seria responsável pela motivação das ações morais:

Do ponto de vista psicológico, defendo a tese de que para compreender os comportamentos morais dos indivíduos, precisamos conhecer a perspectiva ética que adotam. [...] a existência e a força do sentimento de obrigatoriedade moral está, de uma forma ou de outra, na dependência dos rumos que toma a expansão de si próprio. Dito de outra maneira, somente sente-se obrigado a seguir determinados deveres

³ La Taille (2006) usa a “expansão de si próprio” como o invariante psicológico do plano ético por acreditar que ele contempla e representa bem os passos anteriormente mencionados: a vida boa é da alçada da subjetividade; ela segue o fluxo do tempo; e ela se nutre de um sentido para a existência e revela, nas escolhas, o ser.

quem os concebe como expressão de valor do próprio eu, como tradução de sua autoafirmação. Em suma, identificamos na 'expansão de si próprio' e no valor decorrente atribuído ao eu a fonte energética das ações significativas em geral, e das ações morais em particular. Em poucas palavras, identificamos no plano ético as motivações que explicam as ações no plano moral. (p.51)

O sentimento de obrigatoriedade corresponde a um querer. Age moralmente quem assim o quer. Não raro "dever" e "querer" são entendidos como contrários. La Taille (2006) ilustra bem isso: um jovem deixou de ir ao cinema com os amigos, pois se comprometeu em lavar o carro de seu pai. Estamos, aparentemente, diante de um *querer* frustrado pelo cumprimento de uma promessa feita ao pai. Apesar de "querer" ir ao cinema, o rapaz optou por não quebrar a promessa feita a seu pai. Em outras palavras, *ele quis* cumprir a promessa Assim como explica La Taille (2006, p.56):

[...] se ele deixa de realizar seu programa desejável porque ele mesmo se coage a cumprir o seu dever, não podemos atribuir a razão de sua ação a outra coisa senão ao seu querer. Nesse caso, trata-se de "quereres" conflitantes, mas se ele optou por cumprir a promessa, é porque esse querer foi mais forte que o querer ir ao cinema. É por essa razão que Tugendhat (1998) e Spaemann (1999) insistem no fato de o dever ser sempre um querer.

O sujeito moral é livre, pois não age sob coação exterior, mas intimamente movido a tal, por dever, que corresponde a um querer conscientemente concebido. "A oposição entre querer e dever não se sustenta [...]. Salvo em caso de coação externa, todo mundo faz o que lhe apraz. O mistério está em se saber por que algumas pessoas querem agir moralmente, e outras não" (LA TAILLE, 2006, p.54). Não se trata, segundo o autor, de um conflito entre querer e dever, mas de "quereres" diferentes, uns morais, outros não. Resta compreender por que alguns "querem o dever". Nesse caso, é indispensável a referência ao eu, aqui concebido por meio do conceito de "representação de si", que tem a ver com o conjunto das imagens que o sujeito tem a respeito de si mesmo, e que são sempre valor. Pode-se, a partir disso, relacionar "querer" e "ser", pois, de acordo com Savater (apud LA TAILLE, 2006, p. 55), "o homem somente poderá querer alguma coisa de acordo com o que ele seja." Como é um eu que quer, e este eu tem como motivação fundamental a *expansão de si próprio*, "em cada querer se encontra, em grau maior ou menor, essa busca de autoafirmação, busca, portanto, de representações

de si de valor positivo. Se isso vale para o 'querer' em geral, *a fortiori* valerá para esse querer particular que é o 'dever'" (LA TAILLE, 2006, p. 55).

Assim, a força do sentimento de obrigatoriedade, essencial ao plano moral, encontra-se no plano ético, na procura de representações de si com valor positivo. La Taille elege o *autorrespeito* como o sentimento que une os planos moral e ético,

[...] pois ele é, por um lado, expressão da expansão de si próprio – portanto, elemento da “vida boa” –, e por outro, causa essencial do sentimento de obrigatoriedade – portanto, motivação para a ação moral. Em poucas palavras: respeita a moral quem, ao fazê-lo, respeita a si próprio. (p.56).

Contudo, o sentimento de obrigatoriedade sofre frequentes “eclipses”, que surgem em forma de conflitos. Agir contra uma moral racionalmente legitimada significa que o autorrespeito não foi forte o bastante para impor-se sobre outros valores da autoestima, já que as representações que se têm de si nem sempre integram valores morais. La Taille (2002) chama de autorrespeito as representações de si positivas que incluem os valores morais, e de autoestima aquelas estranhas ou até contrárias à moralidade. Assim, o autorrespeito é um tipo particular de autoestima. Tognetta (2006) lembra que é possível alguém, por exemplo, sentir vergonha por não ser rico ou autoafirmar-se tirando a vida de alguém, num exercício de demonstração de coragem. De acordo com La Taille (2006), se o “ser” moral não for eleito como elemento importante da “vida boa” (da expansão de si), o “querer fazer” moral (o dever) é fraco e, havendo conflito, pode ser superado por outros “quereres”.

O juízo moral – a dimensão intelectual da moralidade estudada por Piaget (1932/1994) – depende, para se tornar ação, desse *querer fazer* moral. A afetividade, portanto, cumpre um importante papel na gênese da moralidade infantil.

O despertar do senso moral na criança

Segundo La Taille (2006, p. 108), o “senso moral” ou “consciência moral” é “tanto a capacidade de conceber deveres morais, quanto a de experimentar o sentimento de obrigatoriedade a eles referidos, de experimentar, portanto, o ‘querer fazer moral’”. Trata-se de um misto das dimensões intelectual e afetiva da moral.

Esse senso do dever surge na criança por volta dos 4,5 anos. La Taille (2006) elege seis sentimentos que, de alguma forma, direta ou indiretamente, alimentam e fortalecem esse “querer agir moral”: além do amor e medo (que mereceram a atenção de Piaget, 1932/1994), estão presentes a confiança, a simpatia, a indignação e a culpa.

Para La Taille (2006), o desenvolvimento desses sentimentos acontecerá caso as primeiras noções morais construídas penetrem a personalidade. O meio social, nesse caso, é de grande importância e influência em relação aos valores por meio dos quais a criança vê e julga a si mesma. Acontecendo de ela viver num meio em que ações morais são vistas como prova de fraqueza, ficará bem mais difícil para ela conceber-se como pessoa de valor agindo de forma moral.

Se, em fase do despertar do senso moral, quer dizer, em fase de heteronomia, na qual o juízo alheio é crucial para a construção das representações de si e dos ideais que inspiram as direções a serem tomadas pela expansão de si, as disposições para a moralidade forem totalmente desprezadas pelo entorno social, haverá pouca chance para que a construção da personalidade ética se torne realidade. (LA TAILLE, 2006, p.140).

Em outras palavras, as disposições precoces para a moralidade, presentes na fase do despertar do senso moral, precisam ser valorizadas pelo entorno social. Do contrário, não integrarão a personalidade da criança e não se tornarão valores centrais em suas escolhas éticas. Conseqüentemente, a criança dificilmente sentirá um autojuízo negativo quando deixar de seguir valores morais.

Importante entre essas disposições afetivas da “aurora” da moralidade infantil encontra-se o sentimento de confiança. É notável sua contribuição tanto para que o sentimento de obrigatoriedade seja experimentado frequentemente com força quanto para a posterior construção da personalidade ética.

O sentimento de confiança e sua importância no desenvolvimento moral da criança

A confiança a que La Taille (2006) se refere é aquela depositada em figuras de autoridade, afinal estamos abordando o período do despertar do senso moral, fase típica de heteronomia, em que o respeito unilateral está presente.

Devemos nos atentar para o fato de a confiança não se limitar ao amor (correspondendo ao conhecido “quem ama confia”). Há aspectos na confiança que a relacionam com a honra, virtude que, muitos concordam, figura entre os principais conteúdos da moral. De fato, a honra – ou autorrespeito – associa-se com o *merecer confiança*. Começemos analisando o que confiança e moral têm em comum.

Sempre que confiamos em alguém, nos fazemos questionamentos quanto à conduta moral de tal pessoa. Por exemplo: quando embarcarmos num avião, admitimos a competência técnica e a integridade profissional do piloto. Pressupomos que ele se conduzirá de maneira séria e honesta. Imaginemos, no entanto, que, por falta de um comprometimento com seu trabalho, esse mesmo piloto tenha bebido antes de decolar ou que não tenha estudado o plano de voo. Se descobre que tal fato aconteceu, imediatamente a tripulação retira a confiança nele depositada, já que essa falha em seu caráter prejudica o papel que o piloto está desempenhando. Conclui-se que a confiança que dizemos ter em alguém depende não somente da qualidade de suas ações, mas também das suas qualidades enquanto pessoa moral. Em outras palavras, a confiança envolve a dimensão moral.

Outro aspecto importante a considerar é que a falta de confiança nas relações sociais pode ocasionar a falta de confiança em outrem. Por que agir moralmente com pessoas que não agem dessa mesma forma? Por que ser moral em uma sociedade imoral? Não que a moral, em princípio, dependa das circunstâncias. Alguém é moral porque a moral é boa em si, e não porque a maioria das pessoas ou alguém de destaque segue este ou aquele valor. Nada justificaria, portanto, alguém que diz roubar porque todos ao seu redor fazem o mesmo. No entanto, na prática, “a avaliação de que os demais membros de uma comunidade não merecem confiança moral faz com que muitas pessoas se permitam, como suposta ‘defesa’, agirem, elas mesmas, de forma imoral” (LA TAILLE, 2006, p. 111).

As pesquisas sobre a moralidade humana vêm confirmando um quadro social em que predomina a heteronomia. Nessa condição, as pessoas precisam de fontes externas para legitimar a moral. Trata-se de seguir o que faz a maioria. Dos lábios dessas pessoas é comum ouvir frases como esta: “Todo mundo faz isso mesmo”.

Já para as pessoas autônomas, o autorrespeito ou a honra depende de sua fidelidade para com elas próprias. Elas têm a necessidade de merecer a confiança alheia, diferentemente do sujeito heterônomo, que precisa confiar em outrem, avaliando a moralidade deste antes de adotá-la.

Agora podemos retornar à criança em fase do despertar do senso moral e verificar que a confiança deve ser importante para ela, já que sua entrada no mundo moral se faz pela heteronomia e uma das fontes da gênese do sentimento do dever está nos adultos que lhe são afetivamente significativos. De acordo com La Taille (2006, p. 112-113),

a criança pequena precisa confiar nas pessoas que pretendem ser sua referência moral para que estas de fato o sejam, e que, do contrário, sua influência no despertar do senso moral fica abalada, com os prejuízos decorrentes para a construção do sentimento de obrigatoriedade.

Assim, a confiança em outrem é sentimento fundamental na fase do despertar do senso moral. Note-se que a criança é questionadora quanto a ver coerência entre o que pais e educadores dizem e fazem. Essa inquietação demonstra que estão preocupadas em saber se as regras valem para todos, inclusive para os adultos. Uma pesquisa realizada por Dias (2002) deixa isso claro. A pesquisadora entrevistou crianças de 6 e 7 anos, pedindo-lhes que listassem qualidades que admiram nas pessoas. O passo seguinte foi orientá-las a classificassem as qualidades que haviam listado. Apareceram três categorias: a primeira relacionada ao “ter” (por exemplo, “ter uma piscina”, “ter um sítio”); a segunda relacionada ao “fazer” (“correr rápido”, “cantar bem” etc.); e a última, a mais longa das três, relacionada ao “ser” (“ser amigo”, “ajudar as pessoas” etc.). Dias (2002) concluiu que quando se trata de falar sobre o que admiram nas pessoas, as crianças pequenas além de distinguirem diferentes tipos de virtudes, dão mais atenção àquelas que dizem respeito ao caráter, à moral.

Isso mostra que a criança está atenta às qualidades das pessoas. E mais: ela também julga seu modo de se comportar. Se um adulto não lhe parece uma pessoa confiável, a confiança que depositou nele fica abalada, assim como sua autoridade aos olhos da criança. Para verificar isso, La Taille (2006) realizou duas pesquisas, em que perguntou a sujeitos de 5 e de 6 anos se julgavam que um filho cujo pai não costuma

cumprir promessas deveria, ainda assim, obedecer-lhe. Os dados mostraram que a maioria das crianças de 5 anos (65%) acha correta a obediência à ordem do pai. Mas cerca de 60% das crianças de 6 anos pensam o contrário. Em outra pesquisa, o mesmo autor entrevistou crianças de pré-escola (entre 5 e 6 anos) e de primeira série (entre 6 e 7 anos), perguntando-lhes se uma criança, que sabe que seu pai com frequência fala mal dela publicamente, deve obedecer à ordem que ele lhe dá de regar o jardim. Estes foram os dados encontrados: 35% dos sujeitos do primeiro grupo e 65% do segundo grupo optaram pela desobediência.

Vê-se, assim, que nesta fase do desenvolvimento, há mais do que apenas amor e medo na construção do respeito unilateral pelas figuras de autoridade. A relação de confiança marca presença importante.

La Taille (2006) lembra, no entanto, que o agir para merecer a confiança ainda está ausente nesta fase.

Se a criança exige do adulto que ele seja uma pessoa confiável, ela ainda não faz a mesma exigência para si mesma. Não há reciprocidade, portanto. Se o desenvolvimento moral seguir o seu curso até a construção do autorrespeito, o fato de *merecer* confiança tornar-se-á central [...]. (p. 114)

O sujeito honrado sentirá vergonha de não merecer a confiança de outrem. No entanto, poderá acontecer de o entorno social em que ele vive dar pouca importância aos valores morais. Isso terá um impacto direto sobre seu desenvolvimento, ficando bem mais difícil para ele ver-se como pessoa de valor agindo de forma moral. É o que procuraremos analisar na sequência.

A cultura da verdade e o enfraquecimento do sentimento de confiança

Os tempos atuais podem ser descritos como aqueles em que se deixou de procurar ou priorizar o autorrespeito, já que sociedade contemporânea vem alimentando cada vez mais uma *cultura da vaidade* (LA TAILLE, 2009).

Começemos por definir a palavra *vaidade*, lançando mão dos significados empregados por este autor. O vaidoso privilegia a aparência, não as virtudes. Esse sujeito cultua a exposição; sua glória é receber a admiração dos olhares alheios; o que ele

quer é ser visto, bajulado. Tais motivações são essenciais para sua existência. Ficar sem elogios ou sem os olhares de admiração alheios é visto como uma espécie de castigo. Pessoas vaidosas são aquelas cheias de si, embora esse “si” seja algo vazio, desprovido de conteúdo. Daí a associação entre vaidade e superficialidade, pequenez, futilidade. Dessa forma, não há dificuldade em concluirmos que a vaidade não aparece como uma característica humana admirável.

O outro como plateia

Para que possamos nos aprofundar no que diz respeito ao olhar de outrem para alimentar a “cultura da vaidade” expressa nas atitudes e comportamentos das pessoas, agora vamos abordar a importância que tem para a sociedade atual o “influenciar o juízo alheio”.

É bem verdade que a procura da admiração e da aprovação alheias é, em muitas situações, algo necessário, portanto seria um erro reduzir à vaidade toda procura de juízo alheio favorável. O vaidoso, no entanto, busca isso como um fim em si mesmo. Sua meta maior é “parecer”. O outro não é alguém por meio de quem ele pode chegar à confirmação do próprio valor. Antes, ele quer impressionar, ofuscar o brilho alheio a fim de que o seu seja realçado. O vaidoso não tem outra intenção senão ser reconhecido como superior.

Para ele a admiração alheia é essencial, então faz de sua vida um verdadeiro espetáculo, transformando todos os outros indivíduos em plateia. E, nesse caso, não se trata da necessidade de visibilidade de que todos os humanos compartilham, já que esta não se traduz pelo ser respeitado, mas por tragar os olhares para si, não poupando esforços para que o outro fique invisível.

Quem é “vaidoso” não se contenta com alguns sinais de reconhecimento, mas os quer constantemente, não reverencia o juízo alheio, mas quer subjugar-lo, não se contenta em ter autojuízo positivo, mas precisa impressionar os outros. Ele de fato vive uma vida imaginária no pensamento dos outros. (LA TAILLE, 2009, p. 176)

Como o autor relata, não há nenhuma pesquisa ou teste para que possamos comprovar que realmente estamos vivendo em uma “cultura da vaidade”. No entanto,

podemos verificar alguns “sinais” de que realmente estamos em dias em que tudo vira espetáculo e as pessoas se esforçam para serem vistas e reconhecidas a todo custo.

Além de fazerem de tudo para serem reconhecidas, ou melhor, conhecidas, muitas pessoas abrem mão de suas privacidades, aliás não fazem nem questão de preservá-la: de fato, atrizes famosas e modelos se despem para dar seu próprio corpo como um verdadeiro espetáculo. A propósito, a televisão se especializou em transformar tudo em espetáculo. Um *slogan* bem apropriado para este tempo é: “apareça ou pereça”. Os *reality shows* que o digam. Outros, em busca do destaque, usam o consumo como uma arma poderosa, compram coisas de que não precisam para irem a lugares a que nem querem, tudo para causar um destaque e serem vistos como pessoas de valor. O consumo é um meio ilusório de as pessoas se assemelharem aos “vencedores”. Os profissionais de *marketing* sabem bem disso, por isso a frequente ligação entre os produtos oferecidos e a identidade do passivo consumidor. As promessas de que o possuidor de tais e tais coisas se sentirá feliz, poderoso, inteligente, entre outros aspectos, seduzem muito mais do que as vantagens materiais dos produtos.

Cuidar do corpo também é uma característica típica dos tempos atuais: possuir um corpo como o de alguém bem-sucedido é uma forma imaginária de estar no lugar dessa pessoa, e possivelmente o caminho financeiro mais viável para aquele que se encontra em desvantagem social – mais um sinal inequívoco de que o olhar alheio está para ser cativado.

O lugar da autoridade ocupado pela celebridade

A vaidade, como mencionado anteriormente, tem uma grande relação com a futilidade e a superficialidade. Tal futilidade tem se manifestado cada vez mais na sociedade atual em que *ter* é mais valioso que *ser*.

La Taille (2009) lamenta a inversão contemporânea de valores, segundo a qual há mais valor em uma notícia de que determinada celebridade se casou ou se divorciou do que em outra a respeito da economia do país.

Escândalos promovidos por celebridades acabam tomando conta de todos os veículos de comunicação, enquanto a informação sobre uma guerra ou qualquer

outro acontecimento simultâneo fica relegada a um segundo plano. Para La Taille (2009, p. 183), “debruçar-se sobre os amores de fulano ou beltrano, somente porque são famosos, em vez de se interessar pelo andamento do mundo, é se ater à banalidade.” Para este autor, gastar montanhas de dinheiro com roupas ao invés de investi-lo em livros é priorizar a futilidade. Do mesmo modo, “Preferir se destacar pela grife a fazê-lo pelas ideias é prova de indigência intelectual” (p. 183).

Como afirma La Taille (2009, p. 184), citando Jurandir Freire Costa, “o lugar da autoridade foi tomado pela celebridade”. Podemos citar exemplos claros de que tal afirmação é verdadeira: hoje, não raro, abre-se espaço para que jogadores de futebol, artistas, atores falem sobre suas vidas, escancarem suas intimidades, o que certamente aguça o paladar da população faminta por notícias e acontecimentos envolvendo a vida das chamadas “celebridades”. Pouco se dá valor à biografia de um grande filósofo, por exemplo.

Aliás, a maioria desses grandes pensadores, estudiosos, filósofos só tem o merecido reconhecimento após sua morte. A mídia televisiva dedica trinta minutos para a celebridade falar de suas novas aquisições, de sua viagem no último verão ou a respeito do novo corte de cabelo e três minutos apenas – quando muito – para um filósofo ou pensador compartilhar suas reflexões. Tais figuras acabam sendo ofuscadas pela visibilidade em demasia das celebridades, agora promovidas a especialistas em quaisquer assuntos. Segundo La Taille (2009), isso acontece em razão da superficialidade, já que as áreas de interesse das autoridades pouco seduzem o grande público. As pessoas, em geral, até esperam a cura da AIDS, que não poderá vir senão como fruto do trabalho de uma autoridade científica, mas enquanto isso vão matando sua curiosidade folheando revistas de celebridades. Por esse motivo, muitos intelectuais – aos quais faltam as mesmas marcas de visibilidade vistas nas celebridades – acabam se rendendo a uma chamada cultura do espetáculo, caindo na tentação cada vez mais presente de, em vez de ensinar, dedicarem-se a se tornar verdadeiros artistas aos olhos de outrem.

O lugar de autoridade foi tomado pela celebridade e, com isso, perdeu-se a possibilidade de referências sólidas, de pensamentos ponderados e embasados na história das reflexões humanas. E para piorar as

coisas, veem-se homens e mulheres, oriundos do mundo acadêmico, não resistirem à tentação de ser “celebridades” e esvaziarem de conteúdo seus escritos e suas falas para ser “entendidos” do grande público e arrancarem-lhe aplausos. Tais profissionais, por sua formação, poderiam dar reais contribuições, mas caem na “cultura do espetáculo”; em vez de ensinar, dão *shows* cujo objetivo é mais o de cuidar da própria fama do que socializar o conhecimento. (LA TAILLE, 2009, p. 186-187)

Com essa afirmação, começamos a entender por que muitos intelectuais preferem se calar, talvez “desgostosos de ver o mérito desvalorizado em proveito do resultado” (LA TAILLE, 2009, p. 187). E mais: acabam saindo de cena porque observam que uma “cultura da vaidade” não vem sozinha, mas se faz acompanhar do “crepúsculo do dever”, tema ao qual nos dedicaremos no próximo item.

O crepúsculo do dever

A expressão “crepúsculo do dever” tornou-se conhecida em razão de um livro que a emprega em seu título, de autoria do francês Gilles Lipovetsky (1994). Este autor diagnostica o tempo presente como aquele em que o dever tem sido encolhido, escrito com letras minúsculas. Trata-se de uma época pós-moralista, na qual não se acredita mais numa educação rigorosa da vontade que procurava assentar profundamente no espírito das novas gerações alguns princípios morais superiores. Haveria nos dias atuais uma grande flexibilidade de pensamentos e a aceitação de muitas coisas antes não legitimadas pela sociedade.

Com efeito, nossa cultura deve estar bem abaixo do mínimo limiar do bom senso e da moral para que comportamentos reconhecidamente inconvenientes e desrespeitosos precisem ser coibidos com leis. É o que afirma La Taille (2009) a respeito, por exemplo, da necessidade de criar uma regulação para impedir o uso de telefone celular nas escolas. Ora, para isso deveria bastar o bom senso, já que tal uso atrapalha a concentração e prejudica o estudo. Mas não é o que vemos. O direito do outro só passa a ser respeitado em razão de uma regulação externa, que promete sanção para aqueles que a descumprirem.

Vive-se, segundo La Taille (2006), sob uma verdadeira “fúria normatizadora”. A mensagem é clara: desconfia-se de que algumas pessoas carecem de senso do

dever. O regime de controle adotado pela sociedade (hoje há câmeras que vigiam praticamente tudo) é uma avaliação que confirma esse diagnóstico do autor: se as pessoas não tivessem um controle externo, certamente transgrediriam as regras. Falta às pessoas esse controle interno chamado “sentimento de obrigatoriedade”. Com tal acúmulo de regras e restrições, não somente estamos assistindo a esse “crepúsculo do dever”, mas também o alimentando, à medida que os cidadãos são tutelados e infantilizados, como se fossem crianças pequenas. Assim, pouco a pouco, a moral adormece no espírito dos indivíduos.

Uma consequência direta disso é a invisibilidade do outro.

A invisibilidade alheia

Segundo La Taille (2009), vivemos em uma época em que cenas como a que descreveremos a seguir são cada vez mais comuns: num *check-in* no aeroporto, acontece de um suposto cliente, ao chegar sua vez de despachar suas malas, estar falando ao celular e tratar o atendente como se este não existisse como pessoa, ignorando-o completamente para dar atenção àquela pequena urgência ao celular. O cliente age como se o funcionário que despacha suas malas fosse invisível, como se essa pessoa fosse apenas uma etapa para que ele obtenha o que precisa.

Sabe-se que não é preciso insultar ou agredir alguém para ofendê-lo; basta apenas passar por ele e não cumprimentá-lo, fingir que não o conhece, e o desrespeito fica evidente. Mas, nesses casos, há intencionalidade envolvida.

No caso do *check-in* no aeroporto, no entanto, segundo La Taille (2009), o falante ao celular não pretende desrespeitar ou ofender o atendente, mas acaba por assim fazê-lo quando não o enxerga, porque, para ele, o funcionário é invisível, carecendo de saliência a seus olhos. O mesmo se dá em certos restaurantes: alguns clientes não interrompem suas conversas para prestar atenção ao garçom que lhes oferece seus serviços. Outros há, ainda, que atendem a seus telefones no meio de palestras, sem sequer diminuir o volume de voz, desconsiderando aqueles que estão no mesmo espaço coletivo. Embora esse agir como se outrem não existisse fira a pessoa relegada à invisibilidade.

de (é o caso, por exemplo, do professor diante do aluno que dorme em sala de aula) e seja um ato de desrespeito, muitos o fazem inconscientemente.

[...] a invisibilidade alheia não é necessariamente resultado de um militante individualismo egoísta, mas também pode ser consequência da falta de saliência da presença de outrem, falta de percepção de suas necessidades. Nem sempre se trata de atitude malévola para com outrem, mas sim de atitude inconscientemente autocentrada. Todavia, por mais inconsciente que seja tal autocentração, suas consequências são deletérias para o convívio humano. (LA TAILLE, 2009, p.197-198)

Essa falta de saliência de outrem configura-se como um fenômeno atual e causa de muitos atritos sociais. Cada qual fica centrado em seu universo particular, despercebido do outro, de seus direitos e necessidades. Esse fenômeno alimenta o “crepúsculo do dever”, pois a visibilidade do outro, que é um fundamento da moral, está bastante comprometida na sociedade contemporânea.

Se, como vimos, a moral pressupõe estar *com* e *para* outrem, como ela será forte em uma cultura na qual outrem é invisível? Como será construído e fortalecido o sentimento de confiança se aquelas pessoas que deveriam figurar como autoridade aos olhos das crianças estão seduzidas por uma “cultura da vaidade”, esta última regida pelos valores das celebridades, quase sempre relacionados à superficialidade e ao vazio? O que impedirá a criança de negar valor ao sentimento de confiança e futuramente desejar ser alguém honrado, merecedor de confiança, se a ênfase, neste tempo do “crepúsculo do dever”, recai principalmente no “parecer”, e não no “ser”?

Conclusão: A importância do ambiente cooperativo para o fortalecimento do sentimento de confiança

Para que as crianças despertem para a moralidade, a qualidade das relações sociais desempenha papel da maior relevância. “[...] se acontecer de ela [a criança] viver em um meio no qual ações morais são consideradas provas de fraqueza, ficará bem mais difícil para a criança ver-se como pessoa de valor agindo de forma moral” (LA TAILLE, 2006, p. 140).

Vale lembrar que as crianças nesta fase em que estão despertando para a moralidade são ainda heterônomas e dependem muito dos juízos alheios para a constituição de suas identidades. Portanto, torna-se essencial que as figuras de autoridade

cumpram seus papéis de formadores morais. E isso só é possível se não se deixarem envolver pela “cultura da vaidade”. Tais pessoas sempre terão influências sobre os valores da criança, para o bem ou para o mal. Sob essas influências contemporâneas, a construção da personalidade infantil será construída, porém dela ficarão de fora, ou com pouca representação, os valores morais.

Mesma coisa acontecerá se as figuras de autoridade carecerem, aos olhos da criança, de confiança. Não podendo ela mesma alimentar a confiança de que precisa, poderá acabar negando valor a esse sentimento e, quando for maior, não se sentirá obrigada a ser merecedora de confiança. Ora, querer ser merecedora de confiança é um traço essencial do autorrespeito: quem tem honra sente vergonha de ter desmerecido a confiança alheia ou simplesmente de ter pensado em realizar ações que teriam esse efeito. (LA TAILLE, 2006, p. 141).

Em poucas palavras, a criança pequena precisa confiar nas pessoas que pretendem ser sua referência moral para que estas, de fato, o sejam e, assim, não haja prejuízos para a construção do sentimento de obrigatoriedade. Mas isso não se resolve com discursos nem palestras. Será preciso oferecer às crianças um ambiente cooperativo para que o desenvolvimento moral não seja abortado, para que o sentimento de confiança se fortaleça e, posteriormente, a criança queira ser merecedora de confiança, prova de que ela chegou à autonomia. “Logo, cabe também aos educadores prepararem um terreno onde poderão nascer e fortalecerem-se os sentimentos presentes no despertar moral” (LA TAILLE, 2006, p. 132).

Os educadores precisam ter muito claro seu papel nessa formação. Sua postura, no convívio com os pequenos, é determinante. Muitas situações do cotidiano lhes permitem trabalhar valores e investir na formação de futuras personalidades éticas. Se a escola não representar um contraponto, um modelo diferente do que a sociedade contemporânea vem mostrando, as crianças alimentarão a “cultura da vaidade” e, conseqüentemente, o “crepúsculo do dever”. A propósito, La Taille (2009, p. 234-235) afirma que os modelos que estão diante das crianças são os seguintes:

Políticos que dizem uma coisa e fazem outra, corrupção, desrespeito e agressividade no trânsito, notícias interessantes de violência, alta valorização das marcas exteriores e fúteis dos “vencedores”, descaso com o espaço público etc. Que conselhos ela frequentemente ouve? Seja competitivo, desconfie dos outros, seja o melhor, não seja otário, seja agressivo porque ser “perdedor” é vergonhoso etc. E que pessoas

lhes são mostradas para que as admire? Os “vencedores”, as “celebridades”, pessoas bonitas, bem-vestidas, com lindas mansões, carros potentes, que ganham rios de dinheiro, não por ajudar os outros, mas apenas por diverti-los. O que está “difuso” na sociedade atual é mais uma mensagem estranha ou até contrária à moral do que a valorização da justiça, da generosidade e da dignidade.

Vinha (1999) adverte que não adianta trabalhar direitos e respeito com discurso e técnicas em cima de dilemas, e não construir na sala de aula um ambiente em que tudo isso esteja presente. Para esta autora, o que faz uma criança desenvolver mais ou menos a sua moralidade e a sua autonomia é o convívio, se ela está interagindo num ambiente autoritário ou democrático.

O ambiente autoritário é aquele em que não é permitido que a criança faça as coisas por si mesma. Já num ambiente escolar democrático, permite-se que a criança saiba resolver conflitos típicos das relações entre os pares. Dizer a ela como se deve agir ou resolver por ela não é o melhor caminho. Dentro desse mesmo ambiente, é necessário que deixemos de lado as imposições e que comecemos a permitir às crianças decidirem o que é melhor, dando-lhes suporte e sempre lhes expondo o que vai acarretar tal ou tal atitude.

Segundo Vinha (1999), para a criança aprender o que é respeito, é necessário que ela viva em um ambiente respeitoso.

Para aprender a falar baixo, é preciso que se fale baixo com ela. Se as crianças utilizam uniforme, os professores têm de usar também. Se o professor quer que as crianças, por exemplo, respeitem uma fila, tem que respeitar também e, na hora da merenda, entrar na fila, e se quer que elas falem a verdade, tem que ser sincero. (VINHA, 1999, p. 22)

Para a criança se ver como uma pessoa de confiança, tem que haver confiança nesse ambiente. As pessoas que ali fazem parte de seu dia a dia precisam ser pessoas confiáveis. Se convive com pessoas que valorizam a honra, a gentileza, a criança se sentirá inclinada a honrar tais valores e assim trazê-los para a sua vida. Ou seja, tais virtudes se tornarão valores a seus olhos e terão grande possibilidade de fazerem parte de sua identidade. Por outro lado, se a criança convive em um ambiente em que pessoas mentem e fazem trapanças para conseguir vantagens para si mesmas, ela também

crecerá priorizando esse tipo de atitude, pois é o que ela tem vivenciado em suas relações.

Os educadores devem cultivar um ambiente cooperativo em que a criança vá além de apenas cumprir as regras já preestabelecidas pelo professor. Esse será um espaço para que ela questione e não apenas se sinta na obrigação de obedecer. Ao contrário, ela compreenderá o porquê deve seguir as regras. Com isso, ela irá desenvolver dentro de si mesma um sentimento de confiança. Vivendo em um ambiente confiável, ela vai se sentir honrada em se ver como uma pessoa de confiança, em ser uma pessoa de valor à medida que age de maneira idônea. É assim que um valor vai se consolidando em seu interior.

A propósito, devemos perguntar: os procedimentos usados em sala de aula seriam coerentes com as propostas de formar pessoas críticas, mais humanas, autônomas, cidadãs, adjetivos que normalmente compõem nos objetivos profissionais listados pelos docentes?

[...] na sala de aula, uma carteira está atrás da outra, e as crianças não podem se comunicar, conversar. Cada um tem que ter o seu próprio material, não pode emprestar para o amigo. A professora é quem diz o que fazer, quando fazer, como começar, quando começar, a que horas terminar. (VINHA, 1999, p. 16)

A autora questiona: como formar pessoas cooperativas, se um não pode ajudar o outro, já que isso é visto como “cola” ou algo negativo? Como formar pessoas solidárias, se cada um tem que ter o seu, não havendo espaço para compartilhamentos? “Se o objetivo é formar um ser humano autônomo, criativo etc., a sala de aula tem que ser um ambiente em que tudo isso seja possível de acontecer.” (VINHA, 1999, p. 17).

A relação professor-aluno não é tudo num ambiente cooperativo. Há também, e principalmente, as relações entre pares, por meio das quais se podem discutir os conflitos, trocar ideias, perceber pontos de vista diferentes. A influência do convívio, das interações reais entre crianças é algo fundamental para o desenvolvimento infantil. Os PCNs dedicados ao tema transversal “ética”, quando abordam o conteúdo “respeito mútuo”, afirmam que:

para crianças que, talvez, não recebam o mesmo tratamento em outros lugares, a vivência de um relacionamento respeitoso, sem discriminações, será riquíssima aprendizagem: dar-lhes-á a consciência e força para se indignarem quando acontecer de serem desrespeitadas na vida cotidiana. (BRASIL, 1997, p. 120)

Os Parâmetros também tratam da postura moral dos professores nos domínios escolares. Em relação à solidariedade, propõe que “em sala de aula, por exemplo, em vez de incentivar a competição entre os alunos ou a sistemática comparação entre seus diversos desempenhos, é preferível fazer com que eles se ajudem mutuamente a ter sucesso em suas aprendizagens” (BRASIL, 1997, p. 132). Percebe-se, assim, a ênfase que este importante documento dá à qualidade das relações sociais dentro da escola. É urgente, então, que haja uma verdadeira vida social no interior das salas de aula, um espaço aberto ao diálogo, ao questionamento, à dúvida, à pesquisa, aos trabalhos em conjunto. Em suma, não há educação digna desse nome sem que esteja fundamentada na cooperação. La Taille (2009) relembra Piaget ao afirmar:

somente a vivência de relações sociais que se sustentam por relações de reciprocidade e respeito mútuo pode levar os indivíduos a compreender e legitimar tal reciprocidade e tal forma de respeito. Logo, para além das lições de moral que explicam e cantam as virtudes da justiça, da generosidade, da dignidade, da liberdade, por melhores que sejam, deve imperativamente haver uma “vida social” na qual tais virtudes regulem as relações interpessoais. Daí a incontornável necessidade de cuidar para que haja real convívio social e para que este seja a encarnação da moral que se quer ver legitimada. *Ora, isso também é educação, e das melhores.* (p. 257, grifos do autor)

La Taille (2006) sublinha a importância das relações simétricas, entre pares, para o desenvolvimento da moralidade infantil. Ele afirma que, para além dos discursos adultos sobre ser pessoa confiável, é preciso uma fusão entre o “ser” e a confiança. Isto é, este sentimento se tornará um valor caso seja incorporado à identidade da criança. Para isso, entre outras situações, é necessário experimentar os efeitos concretos do não merecimento de confiança: entre pares, uma mentira ou uma promessa não cumprida pode levar à interrupção da relação. Isso, segundo La Taille (2006), permite à criança dar um sentido mais sofisticado à confiança, levando-a a compreender que, para integrar o grupo, é importantíssimo merecer confiança. A educação, portanto, precisa favorecer tais construções.

Se, como vimos, com o avançar do desenvolvimento, o elemento quase material de medo, que está presente na moral heterônoma, dá lugar a um medo tipicamente moral, o de decair aos olhos alheios, a escola precisa proporcionar a construção de representações de si entre as quais seja bastante valorizado o “ser pessoa merecedora de confiança”. Se isso acontecer, “ser” e moral se integrarão: a criança crescerá antecipando a vergonha que experimentaria caso viesse a deixar de merecer a confiança alheia. A conquista dessa regulação interna é a maior ofensiva contra a “cultura da vaidade”, o “crepúsculo do dever” e a invisibilidade alheia.

Referências

- ADLER, Alfred. **El sentido de la vida**. Barcelona: Luis Miracle, 1935.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- BRASIL, MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, volume 8, 1997.
- DIAS, Andréa Félix. *Estudo psicológico sobre o lugar das virtudes no universo moral aos 7 anos de idade: as crianças de primeira série discutem coragem e generosidade*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, USP: São Paulo, 2002.
- LA TAILLE, Yves de. **Vergonha, a ferida moral**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.
- LA TAILLE, Yves de. **Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LA TAILLE, Yves de. **Formação Ética: do tédio ao respeito de si**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- LIPOVESTSKY, Gilles. **O crepúsculo do dever: a ética indolor dos novos tempos democráticos**. Lisboa: D. Quixote, 1994.
- PIAGET, Jean. **O Juízo Moral Na Criança**. São Paulo: Summus, 1932/1994.
- SAVATER, Fernando. **Ética para meu filho**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. **Sentimentos e virtudes: um estudo sobre a generosidade ligada às representações de si.** Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2006.

VINHA, Telma Pileggi. O educador e a moralidade infantil numa perspectiva construtivista. **Revista do Cogeime**, nº 14, jun.1999.

Recebido em: 03/04/2014

Aceite em: 22/07/2014